

“Tem que pagar para trabalhar”: os desafios das políticas públicas para a agricultura familiar em São José do Inhacorá, RS

“You have to pay to work”: the challenges facing public policies for family farming in São José do Inhacorá, Brazil

Mikaela Kauana Griebler Graf

Universidade Federal de Pelotas. Capão do Leão, RS, Brasil

Kamily Emanuele do Nascimento Araújo

Universidade Federal de Pelotas. Capão do Leão, RS, Brasil

Luiz Felipe Pinheiro Berndt

Universidade Federal de Pelotas. Capão do Leão, RS, Brasil

Cláudio Becker

Universidade Federal de Pelotas. Capão do Leão, RS, Brasil

Mário Duarte Canever

Universidade Federal de Pelotas. Capão do Leão, RS, Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este estudo teve como foco compreender os desafios das políticas públicas na reprodução econômica da agricultura familiar do município de São José do Inhacorá, RS. Para isso, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com quatro agricultores, selecionados por amostragem intencional, tendo como parâmetro distintos sistemas produtivos. Resultados indicam que o Pronaf é conhecido e utilizado para financiar custos e investimentos, sendo considerado fundamental para a continuidade das atividades, apesar de seu uso ser prejudicado pelo aumento das taxas de juro. Em contraste, os demais programas voltados ao mercado institucional, PAA e PNAE, são pouco conhecidos, possuindo pouca incidência no município. Com base na amostra estudada, conclui-se que embora existam políticas para a agricultura familiar, sua atual configuração e o desarticulação limitam o potencial de desenvolvimento rural local.

Palavras-chave: PRONAF, PAA, PNAE.

Abstract: This study focused on understanding the challenges of public policies regarding the economic sustainability of family farming in the municipality of São José do Inhacorá, Rio Grande do Sul. To this end, semi-structured interviews were conducted with four farmers, selected through purposive sampling based on different production systems. Results indicate that Pronaf is known and used to finance operating costs and investments, and is considered essential for the continuity of activities, although its use is hampered by rising interest rates. In contrast, the other programs aimed at the institutional market, PAA and PNAE, are little known and have little impact in the municipality. Based on the sample studied, it is concluded that although policies for family farming exist, their current configuration and lack of coordination limit the potential for local rural development.

Keywords: PRONAF, PAA, PNAE.

1. Introdução

Até o início da década de 1990, não havia política pública específica para financiar produtores familiares no Brasil, nem o conceito de agricultura familiar. Os autores Schneider, Cazella e Mattei (2004) destacam como fatores de mudança o movimento sindical rural no Sul, que reivindicou apoio estatal contra a abertura comercial, e o estudo FAO-Incra de 1994, que concebeu a agricultura familiar, evidenciou sua relevância socioeconômica e propôs seu fortalecimento.

O PRONAF, criado em junho de 1996, é a principal política para a agricultura familiar. Envolve desenvolvimento rural sustentável com aumento de capacidade produtiva, geração de empregos, elevação de renda e melhoria da qualidade de vida por meio de créditos para custeio e investimento via bancos nacionais. Os beneficiários incluem agricultores, aquicultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. Entre os principais requisitos estão ter até 4 módulos fiscais (variando por município pelo Incra), família como força de trabalho principal e renda familiar bruta até R\$ 500 mil oriunda do estabelecimento anual.

O PNAE e PAA são políticas que contribuem na agricultura familiar com abertura dos mercados institucionais. O PNAE repassa recursos federais para servir refeições e promover educação alimentar na educação básica, recentemente passou de 30% para 45% o mínimo de recursos para compra direta de agricultura familiar. Já o PAA foi instituído em 2003, e tem como objetivo garantir a comercialização de produtos da agricultura familiar por meio de preços mínimos com garantia de compra. Por meio do Programa são adquiridos produtos de agricultores familiares e repassados a órgãos públicos e organizações sociais para pessoas em situação de insegurança alimentar.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: os agricultores familiares conhecem e tem acesso ao PRONAF, PNAE e PAA na realidade de São José do Inhacorá/RS? O objetivo do estudo foi analisar o nível de conhecimento e o acesso dos agricultores familiares acerca das principais políticas públicas da agricultura familiar no município selecionado.

3. Metodologia

A pesquisa foi conduzida no município de São José do Inhacorá/RS, cidade natal da primeira autora, o que facilitou o acesso e a conexão com os participantes. Adotou-se uma abordagem qualitativa, priorizando a profundidade das informações em vez da representatividade numérica. Os participantes foram selecionados por amostragem intencional por conveniência, a partir de um núcleo inicial de conhecidos da pesquisadora que atendiam aos critérios de inclusão: ser agricultor familiar há mais de 10 anos e residir no município há mais de 5 anos. A amostra final foi composta por 4 agricultores familiares, sendo 1 mulher e 3 homens, todos residentes na zona rural.

A coleta de dados ocorreu em janeiro de 2026, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas presencialmente nas residências dos participantes, com roteiro previamente elaborado. As entrevistas foram gravadas pelo celular, transcritas na íntegra, e

complementadas com notas de campo. Todos os participantes consentiram em dar as entrevistas, sendo informados sobre os objetivos da pesquisa, a confidencialidade, o direito de interromper a participação e o uso exclusivo acadêmico dos dados.

As gravações foram armazenadas em pasta segura e as transcrições anonimizadas. As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos, e a presença de familiares, geralmente esposas, foi comum durante as falas. A amostra foi considerada suficiente pela saturação dos dados, e as citações foram identificadas de forma a garantir o anonimato dos participantes.

4. Resultados e discussão

Os agricultores entrevistados demonstraram ampla familiaridade com o PRONAF, pois o utilizam há muitos anos, o mesmo não ocorre em relação a outros programas. Por meio dessa linha de crédito, financiam o plantio de soja, trigo e milho para silagem que é a base da alimentação bovina, além da compra de maquinários como trator, ordenhadeira e refrigerador, e de estruturas como chalés para turismo rural e pavilhões para suinocultura. A importância do programa é evidenciada na fala de um produtor: “Tudo que eu tenho hoje foi graças aos investimentos que o governo incentivou [...] Sem eles eu já teria desistido há anos” dados de campo (produtor, 2026).

Um dos principais resultados deste estudo, identificado de forma recorrente nas falas dos produtores, refere-se ao alto custo de produção, que frequentemente não se traduz em viabilidade econômica devido aos preços recebidos pelos produtos finais. Os valores elevados de insumos, fertilizantes e ração, entre outros gastos operacionais, como o pagamento para realização das colheitas comprometem a continuidade das atividades rurais por parte do pequeno agricultor, que fica obrigado a encontrar outros meios de gerar renda para sobreviver. Este foi o caso relatado pelo produtor 4, que juntamente com sua esposa precisaram fazer bicos, como um escape para pagar as contas.

Outro resultado importante é que os agricultores entrevistados demonstraram, de forma unânime, foi a percepção de que o PRONAF já foi no passado uma política mais vantajosa e acessível. Atualmente, no entanto, o descontentamento é evidente, impulsionado principalmente pelo aumento significativo das taxas de juros nos financiamentos do programa. Esse encarecimento do crédito tem resultado em uma utilização menor do PRONAF. A produtora 3 foi categórica: “Antes eu pegava o dinheiro do financiamento para plantar, aí depois da colheita podia devolver, só que agora é tanto juros que não te sobra nada [...] dava para fazer o giro do capital e ainda dava uma boa margem de lucro [...] mas agora

não vale mais a pena pelo alto valor de tudo e depois te pagam pouco pelo produto e ainda tem juros alto”.

Em relação a outras políticas públicas, identificou-se uma lacuna informacional significativa: nenhum dos entrevistados conhece ou teve experiência com o PNAE no município. Apenas dois dos entrevistados conhecem o PAA e já participaram do programa no passado, avaliando-o de forma positiva, mas lamentando sua descontinuidade. Além disso, estes interlocutores demonstraram saber a finalidade do programa, sabendo que estes alimentos seriam direcionados para hospitais, CRAS, e famílias vulneráveis cadastradas.

5. Considerações finais

Conclui-se com base nas informações fornecidas pelos entrevistados que o PRONAF é o programa mais conhecido pelos agricultores familiares, sendo fundamental para poderem financiar as plantações e de investimentos na aquisição de maquinários e expansão das atividades rurais. Contudo, os produtores entrevistados na cidade de São José do Inhacorá relatam as dificuldades presentes no rural com o aumento nos juros do PRONAF e os altos custos de produção. Além disso, o aparente desconhecimento e a descontinuidade de programas como PAA e PNAE apresentam um problema, pois a falta de acesso ao mercado os prejudica diretamente.

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, 15 dez. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/p-tbr/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-PRONAF>. Acesso em: 14 jan. 2026
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF, 11 jul. 2024. Atualizado em: 11 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 08 jan. 2026.
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO; INCRA, 1994.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Post scriptum ao artigo “Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. **Revista Grifos, Chapecó**, v. 30, n. 51, p. 42-67, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5660>. Acesso em: 19 fev. 2026.